

Revisitando o conceito de nativos digitais em tempos de pandemia

Revisiting the concept of digital natives in pandemic times

Paulo Alexandre Filho
Yngrid Karolline Mendonça Costa
Daniela Nogueira de Moraes Garcia
Faculdade de Filosofia e Ciências (Unesp)
Marília - São Paulo – Brasil

Resumo

Este artigo tem como objetivo visitar o conceito de nativos digitais (PRENSKY, 2001), buscando possibilidades de validação e/ou contestação da perspectiva de natividade digital. Diante da implementação do ensino remoto, vislumbramos a necessidade de se refletir sobre a concepção de nativos digitais, a partir da teoria de letramento digital atrelado ao uso das TDIC. Para tal, utilizamos a metodologia qualitativa de cunho bibliográfico, para promover a revisão de literatura, realizar a análise e discussão acerca de estudos recentes sobre o domínio e as implicações do letramento digital (PAES; FREITAS, 2020), (RIBEIRO, 2019), (PINHEIRO, 2018) e (GARCIA, 2016). Os resultados preliminares demonstram pontos de divergência entre a referida teoria e o contexto educacional brasileiro, que ainda busca a inserção efetiva das ferramentas tecnológicas nos processos de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: nativos digitais; letramento digital; TDIC; ensino remoto.

Abstract

This paper aims at revisiting the concept of digital natives (PRENSKY, 2001) as we search for possibilities to validate and/or contest the digital nativity perspective disseminated lately. Considering the emergency remote teaching, we recognize the need of reflecting on the concept of digital natives from the digital literacy and technology-based theories. The qualitative bibliographic methodology was used to promote a literature review and then the analysis and discussion of recent studies about the mastering and the implications of digital literacy (PAES, FREITAS, 2020; RIBEIRO, 2019; PINHEIRO, 2018; GARCIA, 2016). Preliminary results demonstrate dissonant points between the theory and the Brazilian educational context that still searches for effective inclusion of technological tools in the teaching/learning processes.

Keywords: digital natives; digital literacy; technology-based theories; remote teaching.

Introdução

A discussão sobre o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) como recursos metodológicos está em evidência em virtude do contexto de pandemia. Assim, o ensino remoto, implementado como alternativa diante das recomendações sanitárias decretadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), tem nos possibilitado refletir sobre a realidade educacional de todo o país, principalmente, no que se refere à utilização de recursos digitais em ambiente escolar para fins teórico-metodológicos.

Com a pandemia de COVID-19, as escolas precisaram não apenas se adequar, como também buscar alternativas diferenciadas, que pudessem minimizar os impactos negativos gerados pelo distanciamento social. Desse modo, as TDIC tornaram-se essenciais instrumentos mediadores na busca de se viabilizar, sobretudo, a continuidade do processo de ensino e aprendizagem. O ensino remoto, neste momento, configura-se como uma realidade com implicações de ordem, principalmente, político-social, pois tornam-se evidentes contradições, desigualdades e formas de exclusão. No cenário atual, podemos dizer que questões, outrora latentes, desvelaram-se e trouxeram à tona a necessidade de discussões mais pontuais acerca dos problemas em razão da pandemia, ainda mais, quando se trata da escola, sendo ela pública, ou privada. Nesse sentido, Alves (2020, p. 357) observa que “a achatada classe média que tem seus filhos na rede privada de ensino também está sendo afetada por essa disruptividade [...]”, já que a adoção do ensino remoto trata-se de uma medida emergencial, portanto, afetando a todos, independente, de classe social.

Sendo assim, inúmeras são as inquietações dos professores, alunos e gestores diante das necessidades impostas pela disruptividade no contexto da educação. Pensamos que pelo fato de ainda estarmos vivenciando este cenário e seus desdobramentos a partir dos retornos presenciais, vislumbrar medidas efetivas para minimizar as dificuldades pelas quais estamos passando, seja utopia. Contudo, entendemos que, em meio a todas essas transformações, possamos refletir sobre aquilo que nos afeta, principalmente, na área da educação e, assim, juntos construirmos alternativas que possam, ao menos, atenuar nossas angústias como educadores. Para Rodrigues (2021), a educação deve ser pensada, principalmente, pelo viés das relações humanas, em que os fundamentos da aprendizagem necessitam se ancorar na busca pela construção de sujeitos sociais autênticos e crítico-reflexivos.

A presença das TDIC, como ferramentas mediadoras de ensino e aprendizagem, é ponto fundamental e, muito recorrente, nas discussões sobre os rumos da educação em meio a esse cenário de distanciamento. Desde já, reconhecemos a complexidade do assunto no que se refere a tais recursos quando se pensa no processo de aprendizagem. Todavia, delimitamos o letramento digital como escopo da discussão que, a nosso ver, é condição preponderante para que o ensino remoto se efetive na prática, independente, das opções de envio de atividades pautadas em modelos tradicionais (livros, apostilas, compêndios etc), como tem acontecido em algumas escolas, em razão da falta de dispositivos eletrônicos de alguns alunos da rede pública. Desse modo, Damasceno e Neves (2021, p. 268) observam que “toda e qualquer política pública advém de interações humanas, nascidas em contextos históricos e que se reverberam e se cristalizam nos espaços para os quais foram designadas.”

Concordamos com Sampaio (2020, p. 04) quando afirma que “é inegável que a manutenção das atividades de ensino durante o período em que se está em casa é crucial para minimizar os prejuízos da ausência das aulas presenciais.” Contudo, muitas das fragilidades do ensino-aprendizagem vieram à tona, colocando questões teórico-metodológicas acerca da educação no centro da discussão, de modo a exigir a retomada de aspectos até então vistos, por muitos, como absolutos ou pouco permeáveis aos questionamentos e, nisso, incluímos o campo científico.

Partimos da premissa de que “[...] o pesquisador faz ciência, e não religião”, conforme observa Wachowicz (2012, p. 15). Desse modo, imersos em situação propícia para a discussão, buscamos refletir sobre a validação da teoria de nativos digitais, de Prensky (2001), a partir do domínio de letramento digital e o uso das TDIC, por parte dos estudantes da Educação Básica.

Assim, este estudo divide-se em quatro partes, sendo elas: i) nativos digitais e letramento digital: conceitos teóricos, necessidades e implicações, contemplando conceitos-chave para a reflexão e, assim, buscar fundamentação teórica relevante para o embasamento deste estudo; ii) metodologia, em que indicamos a natureza desta investigação, bem como apontar os critérios de recorte e seleção do *corpus* aqui utilizado; iii) nativos digitais: da teoria à realidade, refletindo, a partir do *corpus*, sobre as condições reais do letramento digital na Educação Básica, tendo a teoria de nativos digitais (PRENSKY, 2001) como ponto fundamental; e, por fim, as considerações finais.

Nativos digitais e letramento digital: conceitos teóricos, necessidades e implicações

Nas últimas décadas, o desenvolvimento vertiginoso do cenário tecnológico tem demonstrado o potencial científico da sociedade contemporânea e, ao mesmo tempo, promovido transformações nas mais diversas áreas. A educação, assim como os demais segmentos, também foi impactada por esse cenário repleto de novidades, levando-nos a pensar constantemente sobre o modo de ensinar e, principalmente, em recursos para auxiliar professores e alunos no processo de construção da aprendizagem.

As escolas, no início do século XXI, começaram a receber alunos que, diferentemente, daqueles que os antecederam, caracterizavam-se pela imersão em contextos repletos de artefatos tecnológicos. Nesse sentido, Prensky (2001, p. 01) observa que “eles passaram a vida inteira cercados e usando computadores, videogames, tocadores de música digitais, câmeras de vídeo, telefones celulares, e todos os outros brinquedos e ferramentas da era digital.”

Segundo Prensky (2001), esses alunos, contemplados por uma vivência cercada pela tecnologia, possuem habilidades que os distinguem, substancialmente, dos demais. Logo, pessoas nascidas, nesse período, são chamadas de nativos digitais, uma vez que para o autor (op. cit, 2001, p. 01) “[...] fica claro que como resultado deste ambiente onipresente e o grande volume de interação com a tecnologia, os alunos de hoje pensam e processam informações bem diferentes das gerações anteriores.”

Assim, a revolução tecnológica promoveu um aumento de possibilidades, reconfigurando, por exemplo, as competências delimitadas por documentos norteadores como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) que traz em seu bojo o letramento digital. De acordo com Guimarães e Klein (2020, p. 36), “o letramento digital corresponde às práticas de leitura e escrita em ambientes digitais”, isto é, acessar textos dotados de multissemiotes e multimodalidade que só a materialidade no papel não permite.

A definição supracitada, em um primeiro momento, pode nos dar a falsa impressão de que a capacidade de letramento na digitalidade seja algo simples, ou até mesmo superado, pois, a partir do contexto contemporâneo, em virtude da crescente democratização de aparelhos eletrônicos e o uso contínuo das plataformas digitais, somos levados a acreditar que os jovens de hoje têm domínio pleno das ferramentas tecnológicas e sabem utilizá-las, satisfatoriamente, nas mais diversas situações das práticas sociais.

Contudo, sabemos que a concepção de letramento digital é mais complexa do que possamos imaginar. Não se trata apenas de fazer uso de ferramentas eletrônicas, ou interagir nas esferas de digitalidade, mas, sobretudo, de “[...] lhe permitir utilizar os dispositivos no cotidiano, a fim de facilitar a vida, ampliar conhecimentos, obter informações e experimentar formas alternativas de comunicação e interação social” (GUIMARÃES; KLEIN, 2020, p. 36).

A seguir, esclarecemos nosso percurso metodológico e delimitamos nosso *corpus* de análise e reflexão. Entendemos, desse modo, que detalhar a natureza desta pesquisa, bem como seus caminhos, seja de extrema importância para nossa reflexão acerca da teoria de nativos digitais de Prensky (2001), tendo no letramento digital o ponto preponderante para alcançar nosso objetivo, apontado na introdução.

Metodologia de Pesquisa

A metodologia deste estudo é de abordagem qualitativa, pois “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito [...]” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70). Quanto ao delineamento, optamos pelo procedimento bibliográfico, já que nosso *corpus* configura-se “[...] a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos [...]” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54).

Trouxemos para a composição do *corpus* quatro trabalhos científicos, frutos de investigações elaboradas por pesquisadores na área do letramento digital. Destacamos, a seguir, a natureza de cada um deles, bem como o título, a autoria e ano de publicação: i) trabalho de finalização de curso de especialização: **Análise da alfabetização digital e do letramento digital de alunos do ensino médio de uma escola privada de Londrina/PR** (GARCIA, 2016); artigo: **Conceitos e modelos de letramento digital: o que as escolas de ensino fundamental adotam?** (PINHEIRO, 2018); ensaio: **Do fosso às pontes: um ensaio sobre natividade digital, nativos jr. e descoleções** (RIBEIRO, 2019); e artigo: **Trabalhos docentes em tempos de isolamento social: uma análise da percepção do uso das tecnologias digitais por professores da educação básica pública** (PAES; FREITAS, 2020).

Em um primeiro momento, empreitamos uma pesquisa nas plataformas *Scielo* e *Google Acadêmico* para fins do levantamento inicial de trabalhos que contemplassem o escopo de nossa investigação. Em seguida, tomamos como critério para a escolha desses trabalhos a pertinência em relação ao tema aqui abordado, no caso, o letramento digital.

Revisitando o conceito de nativos digitais em tempos de pandemia

Desse modo, buscamos, nesse material selecionado, subsídios para refletir sobre a teoria dos nativos digitais, cunhada por Prensky (2001).

Tanto na plataforma *Scielo*, quanto no *Google Acadêmico*, obtivemos um vasto número de resultados de pesquisas sobre o tema em questão. Contudo, vale ressaltar que foram poucos os trabalhos que abordavam o letramento digital na perspectiva de resultados da proficiência dos alunos para tal competência. Grande parte dos artigos, ensaios e etc versavam sobre a necessidade do trabalho com esse tipo de letramento, evidenciando, inclusive, os obstáculos dessa competência entre os professores, mas poucos tratavam das dificuldades dos alunos no que se refere ao letramento digital, ainda mais evidente no contexto de ensino remoto.

Por último, levamos em consideração o ano de realização das pesquisas, pois acreditamos que, pelo fato deste artigo buscar, na realidade de hoje, indícios que, de alguma forma, possam viabilizar uma reflexão crítica sobre a concepção de nativos digitais, o mais coerente seria reunirmos trabalhos que datassem dos últimos quatro anos.

A seguir, destacamos recortes de cada um dos textos supracitados que pudessem nos servir de suporte para o delineamento do perfil de jovens estudantes da Educação Básica e, também, suas aptidões para o uso das TDIC em contexto de ensino-aprendizagem. Assim, procuramos oferecer mais consistência para esta discussão-reflexiva.

Nativos digitais: da teoria à realidade

O letramento digital, muito falado no contexto de ensino remoto, reavivou a discussão em torno de nossas expectativas acerca da capacidade de nossos alunos fazerem uso de recursos tecnológicos em diferentes situações. Contudo, diante de alguns estudos, que inclusive serão foco de nossa análise e reflexão, observamos que grande parte desses estudantes apresenta dificuldades em operar comandos básicos, envolvendo as TDIC.

Não descartamos, em momento algum, outras questões que permeiam a (in)eficácia das ferramentas tecnológicas em ambiente de ensino como, por exemplo, o acesso à internet, ou a falta de aparelhos eletrônicos. Concordamos que sem algum desses artefatos, a possibilidade de um trabalho voltado para letramento digital seria totalmente impossível. Todavia, neste trabalho, restringimos nosso escopo de análise apenas para a competência do letramento digital, pois diante de um assunto tão complexo, achamos que seria pouco produtivo ampliar o leque da discussão e, assim, pouco contribuiríamos com as reflexões acerca do assunto.

Outro aspecto a ser mencionado aqui é que este estudo nasce em meio a um acontecimento contemporâneo que exigiu adequações de toda a sociedade. Na educação, o sistema remoto foi incorporado às pressas sem que de fato houvesse tempo hábil para discussões acerca de sua implementação. O ponto fundamental é que a escola já vinha, nos últimos anos, em um processo legítimo de busca por um trabalho com vistas a promover o letramento de natureza digital, ou seja, “[...] a pandemia acelerou um processo que já estava em curso: a integração das TDIC com a educação” (CANI *et al.*, 2020, p. 02).

Sendo assim, independente dos desafios impostos pela pandemia, concebemos este momento como oportuno para (re)pensarmos a educação e (des)construirmos ideias, há muito alicerçadas, inclusive, na área científica. Desse modo, vemos a possibilidade de ressignificar estudos, que de alguma forma, possam promover novas contribuições para o contexto de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, ao falar sobre a importância dos trabalhos que utilizam as TDIC, como ferramentas mediadoras do processo de ensino-aprendizagem, Lima (2020, p. 48) ressalta que “[...] é necessária a continuidade de pesquisas sobre o que as inovações digitais podem proporcionar no contexto educacional, formando uma visão crítica a respeito da temática.” Portanto, ratificamos nesta investigação a necessidade de construir com o passado pontes a fim de pensar o presente e estabelecer formas de intervir no futuro, sempre pelo viés crítico-reflexivo que valorize nossa realidade.

Muito se fala da importância do letramento digital nas práticas de ensino. Muito se fala também do despreparo de alguns professores para efetiva realização desse trabalho, em que as exigências de habilidades em operar com as TDIC são fundamentais. Todavia, nem sempre as dificuldades, por parte dos estudantes em utilizar esses artefatos, são evidenciadas, ou exploradas de maneira mais aprofundada.

Pensando nisso, surge a inquietação que nos desafia a repensar sobre a validade da teoria de natividade digital na realidade brasileira, há tempos divulgada nos meios acadêmicos e muito utilizada para fundamentar estudos, envolvendo o processo de ensino-aprendizagem atrelado à utilização das TDIC. Salientamos que o fato de buscarmos aqui o processo de validação para tal teoria, não significa, em hipótese alguma, colocar em xeque a importância de Prensky, ou anular sua pesquisa. Pelo contrário, conforme apontamos, nosso

Revisitando o conceito de nativos digitais em tempos de pandemia

objetivo aqui é estabelecer pontes e refletir sobre a realidade da educação brasileira a partir de alguns recortes de pesquisas com intuito de reavaliar a concepção de nativos digitais.

É fundamental ler o texto de Prensky, em especial no Brasil, onde ele frutificou, mas sempre tendo em mente que a conta que ele fez valeu para aquele momento, e que todos os envolvidos envelheceram e se movimentaram junto com seu texto. (RIBEIRO, 2019, p. 12)

De início, o ponto primordial da discussão, conforme nos é demonstrado acima, está no período em que o texto de Prensky foi publicado. Logo, podemos afirmar que a teoria elaborada pelo pesquisador foi fruto de um momento pontual e, desse modo, refletiu uma realidade delimitada por um eixo cronológico, ou seja, os resultados apontaram um recorte da história. Podemos dizer que tal estudo contribuiu satisfatoriamente para categorizar um grupo específico de pessoas daquele momento. Entretanto, diante das mudanças vertiginosas das últimas décadas, a sociedade acompanhou esse ritmo de transformação de modo a evoluir com ela, sobretudo, quando se trata de revolução na área da tecnologia.

O fato da pesquisa ter sido elaborada em um país considerado desenvolvido também é motivo para reavaliarmos a aplicabilidade da referida teoria. Não podemos desconsiderar que a possibilidade de interação com as máquinas de uma criança norte-americana, no início dos anos 2000, era muito maior se compararmos com as crianças brasileiras, tendo em vista que o processo de democratização das ferramentas tecnológicas, no Brasil, pode ser ainda considerado recente.

Ter claro que se trata de um texto de 2001 é fundamental para todas as leituras posteriores de “Digital natives, digital immigrants”, uma vez que nele o autor faz uma espécie de “conta” matemática, no presente, isso é, no momento em que enunciava. Dessa forma, tratava-se de um texto “dêitico”, que por isso é também datado. (RIBEIRO, 2019, p. 11. Grifo nosso)

Conforme salienta Ribeiro (2019), a leitura da teoria do referido pesquisador precisa acontecer acompanhada, principalmente, da noção de relatividade que o tempo confere aos homens e aos fenômenos, pois outras gerações vieram e aqueles ditos nativos digitais, atualmente, estão ocupando as mais diversas áreas profissionais. Por isso, as dificuldades em se apropriar das TDIC e, por meio delas, intervir em práticas sociais já deveriam estar superadas, ou ao menos minimizadas.

Reiteramos que relativizar não significa anular, desprestigiar, ou negar. Em hipótese alguma, este estudo valeu-se do negacionismo. Pelo contrário, defendemos aqui a ideia de que ao nos debruçarmos sobre um estudo do início do século XXI, estamos promovendo uma reflexão que por estar em uma considerável margem de distância temporal, pode nos

favorecer um olhar mais claro e livre de influências que o acontecimento *in loco*, na maior parte das vezes, provoca em nossa maneira de reconhecer e analisar um dado fenômeno, ou teoria.

Outro aspecto relativizador de qualquer estudo na área das TDIC, bem como seus impactos de ordem social está na volatilidade, por assim dizer, das transformações desse setor. De acordo com Lévy (1999, p. 24), “a dificuldade de analisar concretamente as implicações sociais e culturais da informática ou da multimídia é multiplicada pela ausência radical de estabilidade neste domínio.” Partindo dessa condição instável na ordem de transformação incessante, observamos que todos os fenômenos dessa área precisam, antes de qualquer generalização, passar pelo critério do tempo e das especificidades do local onde aconteceu para que assim se tenha uma visão crítica sobre o acontecimento.

Na sequência, trouxemos para esta reflexão excertos de trabalhos que contemplaram o tema do letramento digital, do período de 2016 a 2020, na perspectiva de domínio dos estudantes para essa competência. A nosso ver, tais recortes nos serviram de contrapontos da disseminação da ideia de nativos digitais, conforme nos foram apontadas por Prensky (2001).

O letramento digital em alguns estudos: o contraponto da teoria

Inicialmente, tomamos como fonte o estudo **Análise da alfabetização digital e do letramento digital de alunos do ensino médio de uma escola privada de Londrina/PR**, realizado por Garcia (2016), no estado do Paraná, com alunos da Educação Básica. Em seu trabalho para conclusão de curso de especialização, a pesquisadora analisou o nível de alfabetização e letramento digital desses alunos que pertencem à rede privada de educação em Londrina. Em um primeiro momento, somos levados a acreditar na hipótese de que o fato dos sujeitos de pesquisa serem de uma escola particular, os resultados apontariam um grau relativo de domínio da competência digital, por assim dizer. A seguir, destacamos um excerto da conclusão da pesquisa:

O estudo revelou que os estudantes não têm preparo suficiente para manusear o computador e seus periféricos. Tal constatação demonstra que a aprendizagem desses alunos não transcorre satisfatoriamente, pois as atividades propostas são feitas de forma mecânica e algumas vezes não são totalmente executadas. (GARCIA, 2016, p. 37)

De imediato, observamos, por meio dessa pesquisa, que os sujeitos pouco sabem do manejo efetivo do computador e de seus recursos. Isso, de certo modo, contrapõe a ideia de

Revisitando o conceito de nativos digitais em tempos de pandemia

que jovens dessa faixa etária estariam plenamente preparados para utilizar equipamentos tecnológicos em virtude de sua natividade e imersão em contextos totalmente digitalizados. Por conseguinte, essa dificuldade tornaria toda e qualquer prática, sobretudo, social, fragilizada pela ineficácia em operar com os meios digitais, transformando, no caso, o processo de ensino-aprendizagem, mediado pelas TDIC, pouco produtivo do ponto de vista do resultado a ser atingido.

Se pensarmos pelo viés da produtividade, o fato desses alunos estarem sempre em contato com os meios tecnológicos faria com que eles tivessem, ao menos, um engajamento maior e demonstrassem empenho na realização das atividades propostas, uma vez que esses mesmos jovens interagem sistematicamente nas redes sociais a partir desses artefatos digitais. Dessa forma, podemos pensar no quão preparadas pessoas dessa faixa etária estão para, de fato, fazer uso pleno das tecnologias em situações reais e concretas atreladas às práticas, não apenas escolares, mas sociais.

Outro aspecto que também merece ser destacado é o fato dos estudantes serem de uma escola particular. *A priori*, pensamos que isso de alguma maneira poderia intervir positivamente na relação deles com os meios eletrônicos, já que podemos inferir que esse grupo por ser mais prestigiado do ponto de vista socioeconômico e, assim, ter à disposição recursos de última geração apresentaria menos dificuldade e mais interesse. Nesse sentido, Lévy (1999, p. 25) alerta que “[...] muitas possibilidades são abertas, e nem todas serão aproveitadas. As mesmas técnicas podem integrar-se a conjuntos culturais bastante diferentes.”

Apesar de ter sido identificada uma predisposição para o uso das Tic, na prática cotidiana de sala de aula, o uso das tecnologias como instrumento facilitador do processo de ensino e aprendizagem não é efetivo. Neste sentido, compreende-se que há distinção entre utilizar a tecnologia como instrumento facilitador e/ou mediador no processo de ensino e aprendizagem, em movimentos de articulação entre os conhecimentos, e sua utilização apenas como forma de acesso a um universo de informações que não se sabe o que fazer com elas. (GARCIA, 2016, p. 38)

A predisposição à que se refere a pesquisadora, descreve apenas o engajamento inicial dos estudantes que, a nosso ver, muitas vezes entediados pela repetição de metodologias tradicionais, demonstram, em um primeiro momento, um falso engajamento atrelado mais a uma espécie de euforia por conta de uma situação que contempla o uso das TDIC do que propriamente envolvimento e participação efetiva na realização das atividades que serão propostas. Trata-se, portanto, mais de uma reação imediata diante da novidade do que a

compreensão da importância dos recursos tecnológicos a favor do desenvolvimento da aprendizagem.

Assim, por mais que a realidade de nossos alunos esteja repleta de tecnologias, isso, por si só, não garante que eles tenham habilidades específicas com esses artefatos quando falamos de utilizar, minimamente, esses recursos em favor da construção de conhecimento. Desse modo, compreendemos, conforme nos é mostrado pela pesquisa, que apenas a ação de acessar informações não garante que esses jovens saibam fazer uso adequado delas, ou que tenham habilidades muito diferenciadas no que se refere à realização e intervenção em uma dada realidade.

Com isso, percebemos a realidade dos estudantes no que se refere à articulação entre recursos tecnológicos e processo de aprendizagem. Apesar de estarem imersos em contextos repletos de tecnologia e transitarem por diferentes plataformas digitais, suas condições para a realização de algumas atividades simples, ainda são sinônimo de dificuldade e/ou pouco engajamento. Em um primeiro momento, soa contraditório, porém não podemos perder de vista que o foco dos jovens quando usam as TDIC em seu dia a dia, na maior parte das vezes, está na interação com colegas ou replicação de textos que circulam nas redes. De certa forma, essa atitude limita toda a gama de possibilidades dessas ferramentas, restringindo o potencial oferecido pelas tecnologias e, ao mesmo tempo, construindo entre usuários e tais recursos uma relação ingênua e trivial.

Na sequência, trouxemos para esta análise o artigo **Conceitos e modelos de letramento digital: o que as escolas de ensino fundamental adotam?**, de Pinheiro (2018), em que a pesquisadora analisa, nas aulas de Língua Portuguesa do ensino fundamental, no estado do Ceará, situações de ensino-aprendizagem envolvendo os tipos de letramento, sobretudo, o digital. Vale ressaltar que os sujeitos de pesquisa são do 5º ano da rede pública, portanto, fundamental I. Isso se justifica porque, segundo Pinheiro (2018, p. 609), “[...] para esse grupo, as tecnologias digitais são bastante atrativas.”

Os dados mostram que grande parte das práticas de letramento digital dos alunos fora da escola pode ser considerada de usos que mesclam várias modalidades, como oral, escrita, visual, não tendo primazia nenhuma delas. (PINHEIRO, 2018, p. 612)

Destacamos, inicialmente, o excerto em que a pesquisadora, a partir da análise de dados gerados por um questionário, observa que os alunos perdem o foco quando tomam contato com os conteúdos oferecidos pelos meios eletrônicos. Isso nos mostra que, na

maioria das vezes, eles interagem com várias naturezas de textos, cada um com suas especificidades, mas não necessariamente fazem um uso crítico e consciente daquilo que essas diferentes (multi)modalidades podem agregar em suas práticas sociais. Reconhecemos que, independente de se tratar de crianças, eles já tenham ou deveriam ter, condições de reconhecer, parcialmente, o papel dessas linguagens na construção dos sentidos, ou seja, uma evidência mínima de letramento digital.

De acordo com Mendonça (2017, p. 70), “as práticas de letramento digital [...] passam pelo aprendizado técnico e apropriação de possibilidades e procedimentos oferecidos pela tecnologia utilizada.” Assim, partimos do pressuposto de que o contato com as tecnologias deveria promover situações de uso que, de algum modo, pudessem construir nos sujeitos aptidão tanto para questões técnicas quanto procedimentais. No entanto, pelo que pudemos observar, até este momento da discussão, é que nossos alunos, na maioria das vezes, não correspondem adequadamente a nenhum desses aspectos, mesmo estando cercados pelas TDIC.

Paes e Freitas (2020), no artigo **Trabalhos docentes em tempos de isolamento social: uma análise da percepção do uso das tecnologias digitais por professores da educação básica pública**, investigaram o trabalho docente no contexto de ensino remoto, na Educação Básica, da rede pública do Ceará.

Além disso, do outro lado da tela, encontra-se um aluno, centro da ação docente, que, embora, provavelmente, seja nativo digital, pode não possuir experiências com tais ferramentas tecnológicas para os objetivos impostos, sendo, então, necessário um desenvolvimento ou aperfeiçoamento da condição de letramento digital desses sujeitos exigidos por esse tipo de prática escolar. Nesse viés, alunos e professores encontram-se na mesma condição, não em termos de trabalho, mas em termos de letramentos digitais escolares. (PAES; FREITAS, 2020, p. 134)

A partir do supracitado, desconstruímos a ideia de que todos aqueles ditos nativos digitais, em razão do vasto contato com os meios tecnológicos, estejam plenamente preparados para fazer uso das TDIC. Conforme apontado no referido estudo, independente dos objetivos da utilização de ferramentas de natureza tecnológica, a partir da concepção de nativos digitais, cunhada no início do século XXI, esses jovens deveriam possuir competências satisfatórias para o trato com tais recursos. No entanto, pelo que notamos do estudo empreendido pelos pesquisadores, mesmo esses jovens ditos nativos necessitam desenvolver, ou aperfeiçoar suas práticas de letramento digital.

No que se refere ao impacto das tecnologias, bem como à relação do homem com esses artefatos, Lévy (1999, p. 28) nos diz que “[...] quanto mais rápida é a alteração técnica,

mais nos parece vir do exterior. Além disso, o sentimento de estranheza cresce com a separação das atividades e a opacidade dos processos sociais.” Entendemos que o processo de transformação contínua das TDIC se reflete sistematicamente no modo de agir, ver e compreender a realidade à sua volta e isso demonstra o caráter processual, assimétrico e imprevisível na área tecnológica. Nesse sentido, categorizar um determinado grupo, tendo como parâmetro questões dessa natureza significa prender um determinado grupo em realidade atemporal e estática.

Outro aspecto de suma importância que Paes e Freitas (2020) nos revelam é que as dificuldades em relação ao domínio do letramento digital não residem apenas entre os educadores que, na maioria das vezes, são descritos como despreparados quando se trata do manejo das TDIC. Muito se tem comentado, nos últimos tempos, sobre a qualificação de professores, sendo que, em grande parte das vezes, a consciência pela busca de capacitação surge deles, que na tentativa de melhorarem seu trabalho em sala de aula, vão além daquilo que lhes é oferecido pelo poder público.

A nosso ver, o excerto acima assume condições balizadoras quando se trata do assunto, envolvendo o letramento digital, ainda mais por se tratar de uma pesquisa recente e desenvolvida em um contexto de ensino remoto, em que a utilização das TDIC em contexto de aprendizagem tem sido amplamente discutida entre a classe docente e o meio acadêmico. Garcia (2020, p. 42) ressalta que “[...] a internet e as tecnologias passaram a se constituir sustentáculos na educação, assumindo o protagonismo para viabilizar ações em muitos contextos e trazendo desafios para escolas, professores e alunos diante de improteláveis reconfigurações.”

Acreditamos que nos desvencilhar de generalizações, sobretudo, as de natureza científica seja essencial para desvelarmos a realidade da nossa educação e, assim, podermos pensar em estratégias para o futuro. Por conseguinte, o reconhecimento de nossas fragilidades pode nos trazer clareza para que possamos, não apenas entender onde está o nó da questão, como também nos levar, de modo crítico e reflexivo, a novas possibilidades para o enfrentamento dos problemas em relação ao tema do letramento digital.

Natividade digital: é possível generalizar?

A perspectiva teórica de natividade digital, há muito difundida em nosso país, trouxe para nossa realidade a possibilidade de compreensão do modo como pessoas nascidas em

Revisitando o conceito de nativos digitais em tempos de pandemia

um dado momento e expostas às transformações radicais da revolução tecnológica poderiam interagir com esses meios, apresentando menor dificuldade em operar com transformações dessa natureza. Em um primeiro momento, observamos que ampliar o campo de visão dos acontecimentos que permeiam nossas vivências é preponderante para reflexão, entendimento e intervenção na realidade.

Diante disso, reconhecemos que muitos fatores como, por exemplo, a exposição de crianças a aparelhos tecnológicos desde a infância corrobora com o desenvolvimento de habilidades quanto à utilização desses recursos. Contudo, em razão de nossa diversidade cultural e também de questões relativas às disparidades sociais, reiteramos a pergunta, já supracitada: é possível generalizar?

Seria ingênuo não admitir que a exposição precoce a tecnologias, artefatos, ferramentas torne as pessoas familiarizadas com elas, capazes de compreender seus usos e suas utilidades, daí em diante incorporando-as em seus repertórios de soluções e de possibilidades. No entanto, talvez seja excessivo considerar que todas as pessoas jovens têm acesso às tecnologias igualmente e que todas as pessoas não jovens sejam incapazes de alcançar uma performance boa e de aprender com novas tecnologias, por exemplo. (RIBEIRO, 2019, p. 16)

Ribeiro (2019) nos coloca, por meio do excerto acima, tal questão com intuito, não de descredibilizar a teoria de natividade digital, mas sim, contrapor a ela outros aspectos que em muito podem influenciar no processo de validação de qualquer estudo/teoria. Partimos da premissa de que a ciência não trabalha com o estado permanente do conhecimento, pelo contrário, são as incertezas, as contradições e os embates que irão constituir as bases de um novo conhecimento, ou seja, o movimento dialético e pragmático é que fornece o teor científico às descobertas.

O que notamos, na verdade, é que nem sempre a disseminação de teorias se dá pelo viés de um processo reflexivo e dialético. Infelizmente notamos que, na maioria das vezes, as teorias são replicadas no meio acadêmico-científico sem que aspectos de natureza particular de uma determinada cultura, política ou sociedade sejam confrontados. Assim, questões que se atrelam às diversidades socioculturais parecem ser minimizadas, ou até mesmo negligenciadas pelo processo de validação em meio à comunidade científica. Trazemos, neste momento, o contraponto de questões de ordem pragmática que não podem ser deixadas de lado quando pensamos no saber teórico como instrumento científico para compreensão da realidade que nos circunda.

O ensino remoto nos mostrou a importância de readequação de práticas, métodos e metodologias, passando pela mediação das ferramentas tecnológicas. Sem a presença desses

recursos, seria impossível continuarmos nosso trabalho junto aos alunos, independente do nível educacional. Por outro lado, novas questões surgiram em meio a todas essas mudanças impostas pela implementação de um modelo que se constrói, à medida que os acontecimentos vão se desencadeando, ou seja, no transcorrer do processo. Os desafios, nesse sentido, são quase que sobre-humanos e os agentes envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem se veem fragilizados diante de uma realidade que exige, a todo instante, o realinhamento de estratégias e a inventividade quanto aos recursos a serem utilizados.

Sabemos que, no dia a dia, as instituições de ensino ainda lutam por inserir os recursos tecnológicos no transcorrer das situações de aprendizagem dos estudantes. Em grande parte das vezes, o professor é colocado como o principal responsável pela não inserção dessas ferramentas na escola, seja pela falta de preparo técnico, seja pela dificuldade em conciliar novas metodologias que possam viabilizar suas práticas. Desse modo, observamos que o estudo de Prensky construiu duas categorias distintas que, quando aplicadas no cenário educacional, rotulam os sujeitos por meio de categorias fixas, delimitadas e intransponíveis. Diante da condição de permanência que as pessoas estariam fadadas a carregar, pertencendo a um grupo ou outro, compactuamos com a ideia de que, na realidade atual, não seria bem assim, ainda mais por se tratar de um contexto de ensino-aprendizagem, em que nós, educadores, sabemos que todos têm a plena capacidade de aprender, respeitando, inclusive, as limitações próprias de cada um.

O construto de Prensky em 2001 propõe novos rótulos para o que ele separa em dois tipos de pessoas: as que têm contato desde jovens com as tecnologias digitais e as que só têm esse contato tardiamente (à revelia delas, já que não têm culpa de terem nascido cedo demais). (RIBEIRO, 2019, p. 16. Grifo nosso).

O que percebemos em relação à teoria em questão é que além do fator de segregação, parece haver uma tentativa de estigma social, que perpassa a ordem de simplesmente categorizar em dois grandes grupos: aqueles que não dominam e aqueles que dominam os recursos tecnológicos. Sabemos que outros aspectos latentes à natividade digital vêm à tona como, por exemplo, o lado social. A partir do momento em que se categoriza, ao mesmo tempo, também se exclui e, desse modo, marginaliza-se um determinado grupo, ou segmento. Trata-se, nesse sentido, de uma teoria que pode estender disparidades e consolidar preconceitos, em vez de agir na contramão da marginalidade de pessoas que, por

Revisitando o conceito de nativos digitais em tempos de pandemia

si só, acompanha nossa realidade. Ribeiro (2019, p. 17) lança a pergunta inquietante: “Estaremos sempre mudando os personagens de cada lado do fosso?”

Muito desse processo segregador se deve, a nosso ver, à apropriação inadequada da teoria de Prensky por parte de alguns estudiosos, que na corrida pela novidade, pouco se prenderam ao processo de validação da natividade digital em nossa realidade. Questões relativamente simples precisam ser trazidas para a discussão como, por exemplo, as diferenças socioculturais, conforme já dissemos aqui. Concordamos com a ideia de que validar toda e qualquer teoria demanda, antes de mais nada, reflexão apurada, estabelecendo-se com o contexto a ser aplicada a teoria, o confronto dialético tão necessário no meio científico.

Em meio à repercussão da teoria de Prensky, assistimos durante anos à culpabilização, em grande parte das vezes, velada dos professores que por fazerem parte do grupo de “imigrantes” saíam em desvantagem se comparados aos jovens quando o assunto são as tecnologias. Sabemos das dificuldades em inserir as TDIC em situações de ensino-aprendizagem, contudo acreditamos que os fatores envolvidos nessa discussão sejam extremamente complexos e que apontar a teoria de nativos digitais como forma de subsidiar a compreensão dos problemas que nos assolam seja minimizar a discussão, ou simplesmente negligenciar outros aspectos intimamente ligados à discussão. Desse modo, Ribeiro (2019, p. 17) ressalta categoricamente: “Não creio na passividade dos professores, nem na esperteza inata e quase mágica dos estudantes.”

A escola como espaço social destinado à construção de aprendizagem e à convivência entre os pares precisa, sobretudo, acolher. E isso inclui aceitar as diferenças sociais, culturais e também as dificuldades às quais todos nós, professores e/ou alunos, estamos sujeitos. Logo, categorizar aqueles, que atuam nestes espaços, não seja o caminho mais viável para o estabelecimento de uma educação justa, integradora e, principalmente, pautada em princípios de equidade, pois acreditamos que “ainda haja mais diversidade nas escolas do que apenas dois perfis antagônicos de pessoas, também suspeito que haja pontes entre os supostos dois lados de algum eventual fosso” (RIBEIRO, 2019, p. 17).

Em uma realidade em que todos, cada vez mais, adquirem seu espaço de cidadania e legitimam seu direito de resposta, a fundamentação em estudos holísticos, que priorizem a integração e a busca por superar dificuldades, constitui-se como o caminho mais coerente com as necessidades da educação deste século. Muito além das máquinas e dos avanços na

área da ciência, existe o homem que se constitui como sujeito social repleto de limitações, inseguranças e contradições. Por mais que as instituições de ensino lutem pelas causas político-sociais com o objetivo de assumir outros compromissos quando se trata da formação humana da sociedade, articulando em seus currículos questões de natureza mais abrangentes, além dos objeto do conhecimento, ainda assistimos na educação inúmeros fossos que precisam ser superados.

[...] sobre a pesquisa em tecnologias na escola no Brasil, ter a visão de um conjunto de possibilidades menos polarizadas, com muita esperança de que nossas instituições escolares, em especial no ensino básico, não admitam ou absorvam a ideia, a nosso ver improdutivo e pernicioso, de serem um campo para um jogo entre times oponentes. (RIBEIRO, 2019, p. 23)

Entendemos que o momento atual em muito nos ajudou para esta reflexão. Outros aspectos poderiam ser levados em consideração, tendo em vista os inúmeros problemas que atingem nossa educação. O uso das tecnologias, por si só, se tratando de um país como o nosso, em que as desigualdades sociais são uma realidade e nem todos conseguem ainda ter acesso a recursos dessa natureza, já é um desafio para todos nós, educadores. Portanto, apoiar-se na teoria de Prensky, na atual conjuntura, após anos e anos de avanços, sobretudo, científicos, conforme já apontamos, parece-nos pouco produtivo do ponto de vista dos compromissos da educação para o século XXI.

Independente das dificuldades, como educadores, acreditamos que nossas escolas, profissionais da educação e estudantes compõem um grupo heterogêneo, cada um com suas particularidades e dificuldades que juntos, subsidiados por outras teorias mais humanísticas e menos segregadoras, podem realmente nos fornecer a clareza necessária para compreendermos aquilo que nos afeta e superarmos nossas dificuldades. Precisamos buscar maneiras para articular teoria e prática para transpormos o fosso. Do contrário, estaremos a serviço de um modelo reacionário, elitizado e para grupos específicos, só que agora tomando o domínio das tecnologias como condição para incluir, ou excluir pessoas e, assim, ratificar uma pedagogia alicerçada em preconceitos e estereótipos.

De acordo com Ollaik e Ziller (2012), quanto ao processo de validação de uma pesquisa qualitativa, não podemos considerar apenas aspectos relacionados à formulação, ao desenvolvimento e aos resultados. Isso, de certa forma, seria se pautar apenas em elementos explícitos de todo e qualquer estudo científico confiável. Dessa forma, os autores apontam a pertinência em “[...] investigar acerca de justiça social e ética como valores subjacentes aos

objetivos de pesquisa, o que talvez possa sinalizar um novo e mais adequado caminho para a validade em pesquisas com epistemologia interpretativa" (OLLAIK; ZILLER, 2012, p. 239).

Portanto, entendemos que as teorias aplicadas à realidade precisam estar alinhadas com princípios que possam promover a desconstrução de paradigmas inflexíveis, pouco democráticos e por que não dizer reacionários? O lado ético e social além de compor, a nosso ver, princípios preponderantes para as relações em sociedade também são indispensáveis para validação da ciência de modo que o conhecimento deve estar articulado às melhorias, visando sempre o bem-estar das pessoas. Não concordamos com a propagação de estudos que, em vez de intervir na realidade para minimizar os nós, acaba por replicar a exclusão, fundamentando-se, em grande parte das vezes, em princípios de categorização e separatismo.

Considerações Finais

Este artigo, guiado por uma metodologia de cunho bibliográfico, buscou refletir sobre a teoria de nativos digitais, de Prensky (2001), a partir da concepção de letramento digital atrelado ao uso das TDIC, por parte dos estudantes da Educação Básica. Sendo assim, nossos esforços se concentraram em revisitar a visão estigmatizada que acompanha a teoria de nativos digitais, como se os princípios que regem a validação científica fossem inflexíveis a ponto de serem desconsideradas questões relativas ao tempo, ao contexto sociocultural e, principalmente, aos aspectos éticos. Como bem sabemos, o cenário mundial vivencia extrema instabilidade dada a pandemia do COVID-19 com reflexos nas mais diversas áreas. Em termos educacionais, podemos afirmar que, de forma muito mais acentuada pelas perspectivas do ensino remoto emergencial, nosso país progride a passos lentos em meio às políticas públicas, destacados nos resultados insatisfatórios, também, por outras fragilidades que nos assolam.

Desse modo, acreditamos que, neste momento, precisamos relativizar e demonstrar responsabilidade no exercício de uma postura crítico-reflexiva de modo a não apenas replicar teorias que possam gerar ainda mais conflitos na educação, mas sim oportunizar experiências relevantes, articulando a produção de conhecimento à compreensão da educação como espaço democrático. Ao contemplar as mais diferentes manifestações de pluralidade, integrando-as, estaremos construindo a democratização. Enquanto educadores, a aceitação da pluralidade em condições biológicas, metacognitivas e tecnológicas de cada sujeito, poderá ser legitimada com vistas a um processo integrador de práticas, que fomenta a

educação e que transpassa barreiras, preconceitos e preconiza a inclusão, nos mais diversificados níveis.

Referências

- ALVES, L. Educação remota: entre a ilusão e a realidade. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v. 8, n. 3, p. 348-365, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9251/4047> . Acesso em: 15 fev. 2021.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> . Acesso em: 22 jan. 2021.
- CANI, J. B.; SANDRINI, E. G. C.; SOARES, G. M.; SCALZER, K. Educação e COVID-19: a arte de reinventar a escola mediando a aprendizagem prioritariamente pelas TDIC. **Revista IfesCiência**, v. 6, n. 1, p. 23-39, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ric/article/view/713> . Acesso em: 16 fev. 2021.
- DAMASCENO, H. L. C.; NEVES, B. C. Tecnologias móveis na educação: um projeto com *tablets* na escola pública. **Revista Contexto & Educação**, v. 36, n. 113, p. 267-281, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/8103>. Acesso em: 05 jun. 2021.
- GARCIA, A. S. M. N. **Análise da alfabetização digital e do letramento digital de alunos do ensino médio de uma escola privada de Londrina/PR**. 40f. Monografia (Especialização em Ensino e Tecnologia) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Londrina, 2016.
- GUIMARÃES, N. P.; KLEIN, G. V. C. O desenvolvimento de competências e habilidades de leitura e escrita em ambientes digitais. **RE-UNIR**, v. 7, n. 1, p. 29-48, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unir.br/index.php/RE-UNIR/article/download/4225/3570>. Acesso em: 19 fev. 2021.
- OLLAIK, L. M.; ZILLER, H. M. Concepções de validade em pesquisas qualitativas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 229-241, 2012.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LIMA, M. R. F. Tecnologia digital e escola: Uma parceria necessária em constante evolução no Ensino Médio. In: **Série Educar: Tecnologias**. Belo Horizonte: Poisson, 2020. p. 42-48.
- MENDONÇA, H. A. Construção de jogos digitais e uso de realidade aumentada. In: TAKAKI, N. H.; MOR, W. M. (orgs.). **Construção de sentido e letramento digital crítico na área de línguas/linguagens**. 1. ed. Campinas: Pontes, 2017.
- PAES, F. C. O.; FREITAS, S. S. Trabalho docente em tempos de isolamento social: uma análise da percepção do uso das tecnologias digitais por professores da educação básica pública. **Revista Linguagem em Foco**, Fortaleza, v. 12, n. 2, p. 129-149, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/4050>. Acesso em: 22 fev. 2021.
- PINHEIRO, R. C. Conceitos e modelos de letramento digital: o que escolas de ensino fundamental adotam? **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 18, n. 3, p. 603-622, 2018. Disponível em:

http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/7059/4114 . Acesso em 22 jan. 2021.

PRENSKY, M. Digital natives, digital immigrants part 1. **On the horizon**, v. 9, n. 5, p. 01-06, 2001. Tradução de Roberta de Moraes Jesus de Souza. Disponível em: https://colegiongeracao.com.br/novageracao/2_intencoes/nativos.pdf. Acesso em: 22 fev. 2021.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade FEEVALE, 2013. 276 p.

RIBEIRO, A. E. Do fosso às pontes um ensaio sobre natividade digital, nativos Jr. e descoleções. **Revista Abralín**, v. 18, n. 1, p. 01-25, 2019.

RODRIGUES, R. A estrutura e o funcionamento do ensino e a formação escolar. **Revista Contexto & Educação**, v. 36, n. 113, p. 11-25, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/8103>. Acesso em: 05 jun. 2021.

SAMPAIO, R. M. Teaching and literacy practices in COVID-19 pandemic times. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, p. 01-16, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4430> . Acesso em: 19 fev. 2021.

WACHOWICZ, T. C. **Análise linguística nos gêneros textuais**. São Paulo: Saraiva, 2012. 166 p.

Sobre os autores

Daniela Nogueira de Moraes Garcia

Professora Assistente no Departamento de Letras Modernas / PPGE / Faculdade de Ciências e Letras / Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP – campus de Assis/SP e professora orientadora no PPGE / UNESP – campus de Marília/SP / e-mail: daniela.nm.garcia@unesp.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2813-7538>

Paulo Alexandre Filho

Doutorando em Educação / PPGE / Faculdade de Filosofia e Ciências / Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP – campus de Marília/SP / e-mail: p.alexandre@unesp.br Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4613-3082>

Yngrid Karolline Mendonça Costa

Doutoranda em Educação / PPGE / Faculdade de Filosofia e Ciências / Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP – campus de Marília/SP / e-mail: yngrid.karolline@unesp.br Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-4131-368x>

Recebido em: 05/09/2022

Aceito para publicação em: 10/10/2022